



# Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

## ARAGUARI - MINAS GERAIS



Araguari, quinta-feira, 8 de novembro de 2018.

ANO I - Edição 078

ATAS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS

\*\*\*\*

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, reuniu-se ordinariamente no dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, terça-feira, às treze horas, em sua sede própria, situada na Rua Coronel José Ferreira Alves, número 758. O presidente da Câmara, Vereador Luiz Antônio de Oliveira, solicitou ao primeiro secretário que fizesse a chamada. I- PRIMEIRA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Dhiosney de Andrade/PTC, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB - presidente, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PRTB, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS – primeiro secretário. Então o presidente, invocando a proteção de Deus e em nome do povo araguarino, declarou aberta a sessão e solicitou ao primeiro secretário que fizesse a leitura das atas das sessões anteriores e das correspondências recebidas. II- LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES- Foram lidas as atas das sessões ordinárias da Câmara, realizadas nos dias nove e dezesseis de outubro de dois mil e dezoito. III- LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS- Ofícios enviados pelo prefeito do Município: a) n. 1.459/2018, em resposta ao requerimento n. 1.465/2018, do Vereador Werlei Ferreira de Macedo; b) n. 1.501/2018, encaminhando e solicitando urgência na apreciação do projeto de lei n. 183/2018, que “Dispõe sobre o vencimento/salário-base dos cargos e empregos públicos de Engenheiro e Arquiteto e cria cargos públicos, dando outras providências”; c) n. 1.505/2018, encaminhando e solicitando urgência na apreciação do projeto de lei n. 184/2018, que “Dá novas redações às alíneas “h”, dos incisos I e II, do art. 12, da Lei n. 4.240, de 4 de abril de 2006, que “Dispõe sobre a Política de Proteção à Mulher no Município de Araguari, cria o Conselho Municipal da Mulher e dá outras providências”, alterada pelas Leis de n.s 4.992, de 11 de junho de 2012, e 6.030, de 4 de abril de 2018”; d) n. 1.506/2018, encaminhando e solicitando urgência na apreciação do projeto de lei n. 185/2018, que “Transforma Assessoria Especial Antidrogas, constante da estrutura orgânica básica da Secretaria Municipal de Políticas Sobre Drogas, em Assessoria Especial de Recursos Humanos, dando outras providências.” Ofício n. 7.246, da Companhia Energética de Minas Gerais- CEMIG, em resposta ao requerimento n. 1.378/2018. Ofício n. 030/2018, enviado pelo Vereador Levi de Almeida Siqueira, comunicando que, a partir do dia primeiro de novembro de dois mil e dezoito, retornará a Câmara Municipal “para exercer normalmente as atividades parlamentares a mim conferidas, qual outrora me encontrava afastado em detrimento da assunção das atividades na Secretaria de Governo do Município” [sic]. IV- LEITURA DE PARECERES- Os presidentes das comissões permanentes a seguir relacionadas encaminharam à Mesa da Câmara pareceres aos projetos em tramitação, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno. A Comissão Permanente de Legislação e Justiça emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei: a) n. 178/2018 (altera Lei n. 6.007/2018- concessão de benefícios aos devedores da Fazenda Pública); b) n. 179/2018 (jornada de trabalho dos ocupantes de cargos comissionados); c) de lei complementar n. 011/2018 (limpeza e manutenção de terrenos baldios e imóveis abandonados). A Comissão Permanente de Serviços Públicos, Obras, Agroindústria, Comércio, Habitação, Política Urbana e Rural emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei n. 178/2018, n. 179/2018 e de lei complementar n. 011/2018. A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitiu parecer pela aprovação dos projetos de lei: a) n. 163/2018 (altera Lei n. 4.523/2009- auxílio-alimentação); b) n. 169/2018 (pagamento de gratificação aos servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente); c) n. 172/2018 (altera Lei n. 5.474/2014- CODEMIG); d) n. 173/2018 (altera a estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda) e mensagem corretiva enviada por meio do ofício n. 1.439/2018); e) n. 175/2018 (abertura de crédito adicional suplementar no orçamento da Secretaria Municipal de Obras- Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública); f) n. 177/2018 (concessão de subvenção social à Associação Promocional de Congados, Moçambiques e Catupés de Araguari); g) n. 178/2018; h) n. 179/2018; i) de lei complementar n. 011/2018; nestes pareceres, o Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale assinou em substituição ao Vereador Sebastião Joaquim Vieira (ausente). Comissão Especial, composta pelos Vereadores Werlei Ferreira de Macedo, Giuliano Sousa Rodrigues e Iêda Maria Fernandes, emitiu

parecer pela aprovação do projeto de resolução n. 008/2018 (altera o Regimento Interno, dispondo sobre a eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio). V- APRESENTAÇÃO SEM DISCUSSÃO DE PROPOSIÇÕES- Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Giuliano Sousa Rodrigues, Iêda Maria Fernandes, Jander Souza Patrocínio, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram os requerimentos n.s 1.610, 1.611, 1.612, 1.615/2018, contendo número regimental de assinaturas, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação dos projetos de lei n.s 169, 172 e 175/2018, de resolução n. 008/2018. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Dhiosney de Andrade, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Giuliano Sousa Rodrigues, Iêda Maria Fernandes, Jander Souza Patrocínio, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram o requerimento n. 1.613/2018, contendo número regimental de assinaturas, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação do projeto de lei n. 177/2018. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Dhiosney de Andrade, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Giuliano Sousa Rodrigues, Iêda Maria Fernandes, Jander Souza Patrocínio, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Luiz Antônio de Oliveira, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Wellington Resende da Silva, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram o requerimento n. 1.614/2018, contendo número regimental de assinaturas, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação do projeto de lei n. 178/2018. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Carlos Antônio de Brito Machado, Dhiosney de Andrade, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Giuliano Sousa Rodrigues, Iêda Maria Fernandes, Jander Souza Patrocínio, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Luiz Antônio de Oliveira, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wanderlei Inácio, Warley Ferreira de Moraes, Werlei Ferreira de Macedo e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram o requerimento n. 1.616/2018, contendo número regimental de assinaturas, solicitando a dispensa dos interstícios regimentais, para discussão e votação do projeto de lei n. 100/2018. Os Vereadores a seguir relacionados solicitaram ao prefeito, por meio dos requerimentos: 1) Paulo Sérgio Oliveira do Vale: a) n. 1.617/2018- manutenção nas estradas rurais das regiões da Cambaúba, Santo Antônio e Barreiro; b) n. 1.620/2018- chamada dos cargos do cadastro reserva do concurso público para Orientador Educacional, da Secretaria Municipal de Saúde, para trabalhar no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas – CAPS AD, pois a orientadora que assumiu o cargo estaria de licença maternidade; c) n. 1.621/2018- designação de um médico para atender no Povoado Alto São João, pelo menos uma vez por semana; d) n. 1.622/2018- que informe a quantidade de animais castrados pelo Canil Municipal, se é cobrada alguma taxa, se existe parceria com alguma clínica especializada para realização de exames e como conseguir a castração de animais; 2) Dhiosney de Andrade: a) n. 1.618/2018- primeiramente, destacou que, com relação a audiência pública realizada na Câmara Municipal no dia dezoito do corrente, não disse que a Policlínica não tem autoclave, e sim, questionou sobre o processo de esterilização e sobre os responsáveis técnicos por cada unidade no processo de esterilização; relatou que a Policlínica suspendeu as pequenas cirurgias, em torno de duas semanas, “sabendo o risco à população, após ter sido notificada pela Vigilância Sanitária e logo após ter sido notificada pela Vigilância Sanitária e logo após, irresponsavelmente retornou os serviços normalmente” [sic]; e solicitou alvará de localização e do Corpo de Bombeiros das Unidades de Saúde; na sequência, acrescentou “que a saúde da população araguarina e de quem venha necessitar, assim como os profissionais envolvidos no processo sem as devidas orientações, estão em risco de infecções graves” [sic]; solicitou informações sobre: registro fornecido pelo conselho de classe do profissional (como RT), envolvido no processo de esterilização e demais atribuições competentes, dos últimos seis meses; livro de registro do processo de esterilização com assinatura do profissional competente com registro RT conforme exigência da Vigilância Sanitária, nos últimos seis meses; registro dos testes biológicos referidos pela Vigilância Sanitária e que garantem o processo de esterilização; registro de manutenção do equipamento autoclave; relato de programa de educação continuada para os trabalhadores e todos os envolvidos nas atividades; POP das unidades assinado por RT com registro; relatório completo da inspeção nos dias quatro e cinco junho do corrente, expedido pela Vigilância Sanitária de Araguari; destacou que normas da Vigilância Sanitária estabelecem: que o processo de esterilização de autoclaves é fundamental no controle de infecções nos serviços de saúde e o teste utilizando os indicadores biológicos faz parte da importante tarefa de monitorização do processo; que o monitoramento físico deve ser feito semanalmente; que o monitoramento químico deve ser feito a cada carga; e



que o monitoramento biológico deve ser feito semanalmente, através do bacilo *stearotermophyllus*, sendo necessária uma incubadora própria para realizar a análise; também citou perguntas realizadas à Vigilância Sanitária: se existe alguma norma ou portaria que determine a frequência mínima, para a realização de testes Bowie & Dick; quais são as normas existentes para a utilização de indicador biológico e integrador químico; 3) Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Werlei Ferreira de Macedo: a) n. 1.624/2018- relatório referente a cirurgias cardíacas realizadas no período de dois mil e quinze a dois mil e dezoito; b) n. 1.625/2018- relatório referente a cirurgias eletivas realizadas no período de dois mil e quinze a dois mil e dezoito; c) n. 1.626/2018- relatório e cópia dos contratos assinados com as empresas que prestam ou prestaram serviços com caminhões nas Secretarias Municipais de Obras, de Serviços Urbanos e Distritais e de Meio Ambiente, no período de dois mil e quinze a dois mil e dezoito; d) n. 1.627/2018- que informe quais açougues foram fechados pela fiscalização da Vigilância Sanitária do Município, especificando os motivos que levaram ao fechamento; 4) Warley Ferreira de Moraes: a) n. 1.628/2018- relatório referente as dívidas a serem pagas pela Secretaria Municipal de Saúde, e que informe a previsão de investimento para atender as demandas necessárias; b) n. 1.629/2018- que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhe relatório referente aos planejamentos, ações e execução de todos os exames, cirurgias, bem como cronograma traçado para solucionar ou colaborar com a prestação de serviços; 5) Giuliano Sousa Rodrigues, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wellington Resende da Silva, Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.630/2018- revitalização da Praça Vereador Pedro Antônio das Chagas (Bairro Milenium) e da Praça Padre Nilo Tabuquini (Centro), bem como instalação de academia ao ar livre na Praça José Sebastião dos Anjos (Bairro Milenium); 6) Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.631/2018- instalação de rede de internet no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Bairro São Sebastião; b) n. 1.632/2018- limpeza do terreno abandonado, de propriedade do Município, localizado próximo ao número 125 da Rua Claudiana Cândida Batista, no Residencial Portal do Cerrado II; 7) Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.633/2018- construção de galerias pluviais nas Ruas Jaime Araújo e Maranhão, no Bairro Santa Terezinha; 8) Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Warley Ferreira de Moraes, Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.634/2018- notificação do proprietário para efetuar a limpeza e instalação de cerca nos terrenos situados em frente aos números 93, 103 e 113, da Rua Guarani, e em frente aos números 790, 770 e 760, da Rua Rio de Janeiro, no Bairro Amorim- abaixo-assinado em anexo; 9) Ana Lúcia Rodrigues Prado, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha: a) n. 1.636/2018- relação das passagens fornecidas aos migrantes, a partir de dois mil e dezesseis até a presente data, especificando o nome dos beneficiários; b) n. 1.637/2018- informações sobre os processos de licitação referentes à prestação de serviços de oficina mecânica, citando a empresa vencedora, relação de empenhos e comprovantes dos serviços realizados na frota municipal; c) n. 1.638/2018- realização de limpeza nos canteiros centrais da cidade; d) n. 1.639/2018- limpeza da área externa na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF I e II, do Bairro Independência; 10) Giuliano Sousa Rodrigues, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha: a) n. 1.642/2018- construção de passarela no canteiro central da Avenida Cornélia Rodrigues da Cunha; b) n. 1.643/2018- disponibilização na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, nos finais de semana, de vacina antirrábica, do soro antiescorpiônico e do soro antifídico; 11) Lêda Maria Fernandes: a) n. 1.646/2018- realização de operação taparubacos no entorno da Praça Avelino Alves Coutinho; b) n. 1.647/2018- instalação de semáforo no cruzamento da Rua Uruguaiana com a Avenida Mato Grosso; 12) Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha: a) n. 1.648/2018- realização de poda e limpeza nos canteiros da Avenida Mato Grosso; b) n. 1.650/2018- informações sobre reforma e manutenção nos semáforos da cidade; c) n. 1.651/2018- informações sobre o atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde - UBS; d) n. 1.652/2018- informações sobre os servidores municipais que recebem horas extras, discriminando os valores, horários e local de trabalho; 13) Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Luiz Antônio de Oliveira: a) n. 1.649/2018- realização de manutenção no parquinho, limpeza e reforma da Praça Prefeito Elmiro Barbosa; b) n. 1.653/2018- revitalização e instalação de lâmpadas de LED na Praça Prefeito Elmiro Barbosa. O presidente Luiz Antônio de Oliveira apresentou o requerimento n. 1.619/2018, solicitando a formação de comissão especial para analisar e emitir parecer à proposta de emenda à Lei Orgânica do Município n. 087/2018 (competências da Câmara Municipal). Os Vereadores Leonardo Rodrigues da Silva Neto e Werlei Ferreira de Macedo, por meio do requerimento n. 1.623/2018, agradeceram a participação dos diretores da Unidade de Pronto Atendimento, da Santa Casa de Misericórdia, da Farmácia Municipal e da Vigilância Sanitária, em audiência pública realizada no dia dezoito do corrente. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado e Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha solicitaram ao diretor da Concessionária de Rodovias Minas Gerais S/A - MGO Rodovias (requerimento n. 1.635/2018), que seja realizada fiscalização nas proteções laterais dos viadutos da BR-050, situados dentro do perímetro urbano de Araguari, para verificar se estão dentro das normas de segurança, bem como a instalação de guardrail, nos dois sentidos da rodovia, na curva acentuada para a direita situada após o retorno do Posto Décio, pois a água da chuva escoar para a pista. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado e Leonardo Rodrigues da Silva Neto apresentaram o requerimento n. 1.640/2018, cumprimentando a equipe de futebol do Bairro Ouro Verde pelo segundo lugar no campeonato Interbairros de Araguari. Os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Leonardo Rodrigues da Silva Neto e Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, apresentaram o requerimento n. 1.641/2018, cumprimentando a equipe de futebol do Bairro Novo Horizonte pela participação invicta no terceiro campeonato Interbairros de Araguari. Os Vereadores Giuliano Sousa Rodrigues, Leonardo Rodrigues da Silva Neto e Lúcio Flávio Rodrigues da Silva Neto, apresentaram os requerimentos: a) n. 1.644/2018, cumprimentando a Associação Promocional de Congados, Moçambiques e Catupés de Araguari, pela realização da Festa dos

Congados, Moçambiques e Catupés; b) n. 1.645/2018, solicitando o envio de ofício de pêsames à família do senhor Felipe da Costa Lobato. Os Vereadores Giuliano Sousa Rodrigues, Paulo Sérgio Oliveira do Vale e Warley Ferreira de Moraes, apresentaram moções de aplauso (n.s 080 e 081/2018) ao senhor Edmar César, pela nova edição do livro Batalhão Mauá - Uma História de Grandes Feitos, em homenagem especial aos oitenta anos da referida Corporação. Os Vereadores Giuliano Sousa Rodrigues e Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha apresentaram moção de aplauso (n. 082/2018) ao senhor José Júlio Lafayette, diretor executivo do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC, pelo lançamento de livro contando a história de Araguari. O Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça apresentou o projeto de lei n. 186/2018, que "Modifica a denominação da Rua Doze, localizada no Loteamento Bela Suíça I, Bairro de Fátima, para Rua Maria de Lourdes Silva Neves." O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale apresentou o projeto de decreto legislativo n. 028/2018, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Araguari ao Excelentíssimo Senhor André Luiz Gregório." Os requerimentos n.s 1.610, 1.611, 1.612, 1.613, 1.614, 1.615 e 1.616/2018, foram aprovados por doze votos. VI- ORADORES INSCRITOS- Encontraram-se inscritos os Vereadores Carlos Antônio de Brito Machado, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Giuliano Sousa Rodrigues, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Werlei Ferreira de Macedo, Dhiosney de Andrade, Wesley Marcos Lucas de Mendonça, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Ana Lúcia Rodrigues Prado. Fizaram uso da tribuna os Vereadores Paulo Sérgio Oliveira do Vale e Leonardo Rodrigues da Silva Neto, os demais dispensaram. O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale disse que recebeu uma denúncia relatando que foram retirados caminhos de terra no bairro Vieno e estes estão sendo utilizados em empreendimentos particulares, mas que deveriam ser utilizados em obras públicas. Os Vereadores Jander Souza Patrocínio, Wesley Marcos Lucas de Mendonça e Ana Lúcia Rodrigues Prado se disponibilizaram em averiguar a veracidade destas informações. O Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto afirmou que é necessário cumprir os prazos regimentais nas sessões desta Casa, inclusive nas audiências públicas. Além disso, defendeu que os edis devem ter cordialidade e ética entre si, independente das posições políticas. A Vereadora Ana Lúcia Rodrigues Prado pediu aparte e disse se referindo a última audiência pública que a Secretaria de Saúde buscou conduzir os trabalhos dentro das normas regimentais. O Vereador Wanderlei Inácio pediu aparte e disse que vai interpor judicialmente o Vereador Dhiosney de Andrade por declarações que ofendem a moral e a ética dos vereadores da base. O presidente Luiz Antônio de Oliveira pediu aparte e defendeu o Executivo e o Legislativo Municipal afirmando que é uma gestão honesta e imparcial. Os Vereadores Giuliano de Sousa Rodrigues, Werlei Ferreira de Macedo e Warley Ferreira de Moraes pediram aparte e parabenizaram o pronunciamento do Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto. Não compareceram à sessão os senhores Fábio Daniel Rosa e Miclézio Euzébio da Silva, convidados para fazerem uso da tribuna livre, por meio do requerimento n. 1.185/2018, de autoria dos Vereadores Wellington Resende da Silva e Wesley Marcos Lucas de Mendonça. VII- SEGUNDA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Dhiosney de Andrade/PTC, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Giuliano Sousa Rodrigues/PTC, Lêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha/PSDB, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werlei Ferreira de Macedo/PSB, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS. VIII- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS PROJETOS EM PAUTA- Encontraram-se na pauta desta sessão ordinária os projetos a seguir relacionados; antecedendo cada votação, foi anunciada a discussão da matéria. Em votação o projeto de lei complementar n. 010/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados: a) por quinze votos, os pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Trânsito e Transportes; b) por treze votos (dois contra), o projeto de lei complementar n. 010/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei Complementar n. 011, de 23 de outubro de 2018, que "Introduz adequações na Lei Complementar n. 90, de 8 de março de 2013; na Lei Complementar n. 74, de 8 de julho de 2011; na Lei Complementar n. 146, de 29 de agosto de 2018; na Lei Complementar n. 41, de 30 de junho de 2006; e na Lei n. 2.625, de 28 de novembro de 1990, dando outras providências" (transfere a administração do Aeroporto Municipal, da estrutura da Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo). Em seguida, foi aprovado por quinze votos, o pedido formulado pelo Vereador Dhiosney de Andrade, de adiamento da votação do projeto de lei n. 168/2018 (percentual de cargos de provimento em comissão exercidos por servidores de carreira). Em votação o projeto de lei n. 176/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Saúde e Assistência Social; b) projeto de lei n. 176/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 115, de 23 de outubro de 2018, que "Introduz adequações na Lei n. 5.134, de 20 de março de 2013, que "Dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em complemento às disposições da Lei n. 3.930, de 30 de outubro de 2003, dando outras providências." Em votação o projeto de lei n. 169/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Meio Ambiente; b) projeto de lei n. 169/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 116, de 23 de



outubro de 2018, que “Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, portadores de diploma em curso superior, em razão de serviços técnicos ou especiais realizados em processos administrativos ou mediante requisição do Ministério Público, e dá outras providências.” Em votação o projeto de lei n. 172/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 172/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 117, de 23 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre a alteração na Lei n. 5.474, de 22 de dezembro de 2014, que autoriza o Município de Araguari a celebrar convênio de cooperação técnica com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, e a declarar extintos seus créditos tributários, em função da dação e pagamento em bens imóveis relativos à IPTU e Taxas de Serviços Urbanos, dando outras providências” (autoriza o Município de Araguari a celebrar convênio de cooperação técnica com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, e a declarar extintos seus créditos tributários, em função de remissão, relativos à IPTU e Taxas de Serviços Urbanos, dando outras providências). Em votação o projeto de lei n. 175/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 175/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 118, de 23 de outubro de 2018, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no vigente orçamento da Secretaria Municipal de Obras, na dotação que menciona, no valor de R\$2.874.956,90 (dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), na fonte de recursos 117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), utilizando para tanto dos recursos provenientes da tendência do excesso de arrecadação por fonte de recurso.” Em votação o projeto de lei n. 177/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Educação e Cultura; b) projeto de lei n. 177/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, especialmente suprimindo, no parágrafo único do art. 1º, a expressão: “bem como os equipamentos mencionados no parágrafo anterior”, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 119, de 23 de outubro de 2018, que “Autoriza a concessão de subvenção social à Associação Promocional de Congados, Moçambique e Catupês de Araguari - MG, para os fins a que se destina, em atendimento às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, bem como do Decreto Municipal n. 022, de 22 de fevereiro de 2017, e suas alterações, dando outras providências” (no valor de trinta mil reais, para cobrir despesas com a realização, no corrente ano, dos tradicionais festejos). Em votação o projeto de lei n. 178/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Educação e Cultura; b) projeto de lei n. 178/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 120, de 23 de outubro de 2018, que “Dá nova redação ao inciso V, do art. 2º, da Lei n. 6.007, de 1º de março de 2018, que “Autoriza a concessão de benefícios aos devedores da Fazenda Pública do Município de Araguari, inscritos em dívida ativa, dando outras providências”, alterada pelas Leis de n. 6.022, de 21 de março de 2018, e 6.081, de 14 de setembro de 2018.” Quando da discussão do projeto de resolução n. 008/2018, o Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale dispôs a vista que havia solicitado da matéria, concluindo: “...Eu não concordo muito não e eu vou deixar aqui minha opinião em antecipar a eleição da Mesa Diretora não. Nós tivemos aí dois anos só para fazer isso. Com todo respeito ao projeto do senhor, tivemos dois anos para fazer isso e, a quinze dias das eleições, nós estamos votando esse projeto de resolução. Eu entendo que o senhor tem que fazer a transição, um problema pessoal grave que o senhor tem que resolver. Eu entendo tudo isso. Eu vou me abster, por respeito ao senhor.” Presidente Luiz Antônio Lopes: “Eu agradeço.” Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale: “O senhor deu suas indagações dessa situação, mas deixo claro, deixo claro Vereador Werlei, outros vereadores aqui, porque não fica bom para a Casa, no meu entendimento, você antecipar uma eleição a quinze dias dela. Isso não é legal, até internamente mesmo, mas eu respeito. Vou me abster de votar o projeto, não vou criticar ninguém que vai votar a favor ou contra. Mas eu, assim, eu não concordo com o projeto ter sido colocado a poucos dias, com todo respeito ao projeto de vossa excelência.” Em aparte, o Vereador Dhiosney de Andrade assim manifestou: “Só ficar registrado também, que irei me abster.” Em votação o projeto de resolução n. 008/2018, de autoria da Mesa da Câmara, registradas duas abstenções, foram aprovados por treze votos: a) pareceres da Comissão Permanente de Legislação e Justiça e da Comissão Especial; b) projeto de resolução n. 008/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação, efetuando as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, sendo que referido projeto, promulgado pelo presidente da Câmara, foi convertido na Resolução n. 090, de 23 de outubro de 2018, que “Altera a redação do caput do art. 33 e do § 2º do art. 34, da Resolução n. 007, de 9 de novembro de 1990- Regimento Interno da Câmara Municipal de Araguari- Estado de Minas Gerais, alterados pela Resolução n. 061, de 21 de setembro de 2010, dispondo sobre a eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio” (em sessão extraordinária, realizada às treze horas da segunda sexta-feira do mês de novembro, do segundo ano de cada legislatura; revoga a Resolução n. 061, de 21 de setembro de 2010). No parecer da Comissão de Redação ao projeto de

resolução n. 008/2018, os Vereadores Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Iêda Maria Fernandes e Giuliano Sousa Rodrigues assinaram em substituição aos Vereadores Luiz Antônio de Oliveira, Wesley Marcos Lucas de Mendonça e Wellington Resende da Silva (proponentes). Na sequência, a Comissão Permanente de Legislação e Justiça apresentou parecer acompanhando a manifestação do órgão técnico da Câmara (parecer n. 127/2018), declarando inconstitucional o projeto de lei n. 100/2018, que “Acrescenta os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10, ao art. 6º da Lei n. 4.377, de 12 de dezembro de 2007, que define, normatiza e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito do Município de Araguari, alterada pela Lei n. 5.118, de 8 de fevereiro de 2013, e pela Lei n. 5.198, de 12 de junho de 2013”, de autoria dos Vereadores Carlos Antônio de Brito Machado e Paulo Sérgio Oliveira do Vale, sendo referido parecer reprovado por doze votos (três a favor), e a matéria encaminhada para a análise das demais comissões pertinentes. IX- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES- Foram aprovadas sem restrições, por quinze votos, as atas das sessões ordinárias da Câmara, realizadas nos dias nove e dezesseis de outubro de dois mil e dezoito. X- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS REQUERIMENTOS- Foram aprovados, por quinze votos, os requerimentos n.s 1.617 (exceto o pedido referente à região de Santo Antônio, já formulado por meio do requerimento n. 222/2018), 1.618, 1.619, 1.620, 1.621, 1.622, 1.623, 1.624, 1.625, 1.626, 1.627, 1.628, 1.629, 1.630, 1.631, 1.632, 1.633, 1.634, 1.635, 1.636, 1.637, 1.639, 1.640, 1.641, 1.643 (exceto o pedido referente à vacina antirrábica, já formulado por meio do requerimento n. 879/2018), 1.644, 1.645, 1.646, 1.647, 1.648, 1.649, 1.650, 1.651, 1.652, 1.653/2018. Também foi aprovada por quinze votos a moção de aplauso n. 080/2018. Não foram apreciados os requerimentos n.s 1.638, 1.642, moções de aplauso n. 081 e 082/2018, pois com referência ao primeiro requerimento, deverão ser especificados os locais, os pedidos constantes do segundo e das moções já foram formulados por meio do requerimento n. 710/2018 e das moções de aplauso n.s 080 e 071/2018, respectivamente. Em virtude da aprovação do requerimento n. 1.619/2018, foi constituída comissão especial, composta pelos Vereadores Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Jander Souza Patrocínio e Wanderlei Inácio, para analisar e emitir parecer à proposta de emenda à Lei Orgânica do Município n. 087/2018. XI- ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO- Ficaram para a ordem do dia da próxima sessão ordinária os projetos de lei n. 163/2018 (com o prazo para apreciação vencido), n. 100/2018, n. 168/2018, n. 173/2018, n. 179/2018, e de lei complementar n. 011/2018. Foi comunicado aos vereadores que os prazos previstos no art. 178, do Regimento Interno da Câmara, para a emissão de parecer (trinta dias) e para a apresentação de emendas (dez dias) ao projeto de lei n. 171/2018, que “Estima a receita e fixa a despesa do orçamento fiscal do Município de Araguari para o exercício financeiro de 2019”, serão contados a partir do dia trinta de outubro do corrente. XII- CHAMADA FINAL- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Dhiosney de Andrade/PTC, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Giuliano Sousa Rodrigues/PTC, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha/PSDB, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington ton Resende da Silva/PMN, Werlei Ferreira de Macedo/PSB, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS; ausente na sessão o Vereador Sebastião Joaquim Vieira/PSL. O horário de duração da presente sessão foi prorrogado no decorrer desta, por duas horas, após aprovação do plenário. O presidente Luiz Antônio de Oliveira agradeceu a presença de todos, convocou os Vereadores para a próxima sessão ordinária da Câmara, a realizar-se às treze horas do dia trinta de outubro do corrente; e, às dezoito horas, declarou encerrada a sessão. Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em vinte e três de outubro de dois mil e dezoito. Ata aprovada por dezesseis votos. Sala das sessões, em trinta de outubro de dois mil e dezoito. Vereador Luiz Antônio de Oliveira-presidente; Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça- primeiro secretário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI**  
**MINAS GERAIS**  
\*\*\*\*

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, reuniu-se ordinariamente no dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, terça-feira, às treze horas, em sua sede própria, situada na Rua Coronel José Ferreira Alves, número 758. O presidente da Câmara, Vereador Luiz Antônio de Oliveira, solicitou ao primeiro secretário que fizesse a chamada. I- PRIMEIRA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB - presidente, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Sebastião Joaquim Vieira/PSL, Wanderlei Inácio/PRTB, Wellington Resende da Silva/PMN – segundo secretário, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS – primeiro secretário. Então o presidente, invocando a proteção de Deus e em nome do povo araguariense, declarou aberta a sessão e solicitou ao primeiro secretário que fizesse a leitura da ata da sessão anterior e das correspondências recebidas. II- LEITURA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR- Foi lida a ata da sessão ordinária da Câmara, realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito. III- LEITURA DAS CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS- Ofícios enviados pelo prefeito do Município: a) n. 1.515/2018, em



resposta ao requerimento n. 1.525/2018, da Vereadora Ana Lúcia Rodrigues Prado; b) n. 1.514/2018, em resposta ao requerimento n. 1.527/2018, do Vereador Carlos Antônio de Brito Machado; c) n. 1.469/2018, em resposta ao requerimento n. 1.231/2018, do Vereador Dhiosney de Andrade; d) n. 1.511/2018, em resposta ao requerimento n. 1.549/2018, do Vereador Douglas Vieira Rodrigues Tosta; e) n.s 1.477, 1.486, 1.487, 1.512, 1.513/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.298, 1.503, 1.502, 1.538, 1.537/2018, do Vereador Giuliano Sousa Rodrigues; f) n.s 1.463, 1.467/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.161, 1.242/2018, da Vereadora Iêda Maria Fernandes; g) n. 1.509/2018, em resposta ao requerimento n. 1.545/2018, do Vereador Jander Souza Patrocínio; h) n.s 1.460, 1.481, 1.482, 1.483, 1.484, 1.493, 1.520, 1.521/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.448, 1.211, 1.212, 1.210, 1.480, 1.482, 1.515, 1.513/2018, do Vereador Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha; i) n.s 1.475, 1.495, 1.507, 1.518, 1.519/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.171, 1.462, 1.463, 1.518, 1.517/2018, do Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale; j) n.s 1.464, 1.503/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.181, 1.246/2018, do Vereador Warley Ferreira de Moraes; k) n.s 1.476, 1.497/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.281, 1.468/2018, do Vereador Werlei Ferreira de Macedo; l) n.s 1.468, 1.510, 1.516, 1.517/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.284, 1.520, 1.522, 1.519/2018, do Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça; m) n.s 1.462, 1.465, 1.466, 1.474, 1.479, 1.485, 1.488, 1.489, 1.490, 1.491, 1.492, 1.494, 1.496, 1.502, 1.504, 1.508/2018, em resposta aos requerimentos n.s 1.150, 1.443, 1.383, 1.483, 1.471, 1.505, 1.500, 1.492, 1.490, 1.484, 1.472, 1.438, 1.454, 1.389, 1.473, 1.361/2018, subscritos por diversos vereadores; n) n. 1.498/2018, encaminhando o saldo bancário referente ao período de quinze a dezenove de outubro do corrente; o) n. 1.499/2018, encaminhando relatório de benefícios eventuais circunstanciado, contendo nomes, endereços e benefícios concedidos no mês de setembro do corrente, em cumprimento ao disposto no art. 15 da Lei n. 4.377/2007; p) n. 1.534/2018, encaminhando e solicitando urgência na apreciação do projeto de lei n. 187/2018, que “Autoriza o Município de Araguari a celebrar convênio e oportunos termos aditivos com o Estado de Minas Gerais, através do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, na forma e aos fins descritos no instrumento respectivo.” Ofício enviado pelo Vereador Sebastião Joaquim Vieira, justificando sua ausência na sessão ordinária realizada no dia dezesseis de outubro do corrente, para os fins do disposto no inciso X, do art. 40, do Regimento Interno da Câmara, combinado com o § 1º, do art. 1º, da Lei n. 5.806/2016. Então, foi comunicado ao plenário que a Mesa da Câmara acatou esta justificativa e deferiu o pedido, considerando que o Vereador Sebastião Joaquim Vieira apresentou atestado firmado pelo doutor João Carlos Rodrigues de Moraes (CRM-MG 49.519). Na sequência, foi comunicado ao plenário que a Resolução n. 090, de 23 de outubro de 2018, foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal, de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, edição n. 074. IV- LEITURA DE PARECERES- Os presidentes das comissões permanentes a seguir relacionadas encaminharão à Mesa da Câmara pareceres aos projetos em tramitação, conforme disposto no art. 79 do Regimento Interno. A Comissão Permanente de Legislação e Justiça emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei: a) n. 183/2018 (vencimento/salário-base dos cargos e empregos públicos de Engenheiro e Arquiteto e cria cargos públicos); b) n. 184/2018 (altera Lei n. 4.240/2006- Política de Proteção à Mulher no Município de Araguari); c) n. 185/2018 (transforma a Assessoria Especial Antidrogas em Assessoria Especial de Recursos Humanos). A Comissão Permanente de Serviços Públicos, Obras, Agroindústria, Comércio, Habitação, Política Urbana e Rural emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei: a) n. 100/2018 (acrescenta os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10, ao art. 6º da Lei n. 4.377/2007- benefícios eventuais); b) n. 183/2018; c) n. 184/2018; d) n. 185/2018. A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas emitiu parecer pela aprovação do projeto de lei n. 100/2018. A Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social emitiu pareceres pela aprovação dos projetos de lei n. 100/2018 e n. 184/2018. V- APRESENTAÇÃO SEM DISCUSSÃO DE PROPOSIÇÕES- Os Vereadores a seguir relacionados solicitaram ao prefeito, por meio dos requerimentos: 1) Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.654/2018- revitalização da jardinagem e iluminação da Praça Padre Nilo Tabuquini; b) n. 1.655/2018- construção de rotatória na Avenida Hugo Carlos Dorázio, em frente ao Mart Minas; c) n. 1.657/2018- realização de operação tapa-buracos nos cruzamentos entre as Ruas Luiz Carlos, Ponte Terra e Engenheiro Bethou (Bairro Santiago), bem como na Rua Solia Nader (Bairro de Fátima), principalmente no início, próximo à Rua Osvaldo Vilela Rodovalho; 2) Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.656/2018- que interceda junto à empresa responsável pelo serviço de transporte coletivo do Município, visando aumentar o número de ônibus, para ampliar itinerários e o número de paradas nos pontos já existentes; 3) Ana Lúcia Rodrigues Prado: a) n. 1.660/2018- que informe se existe previsão de asfaltamento da Rua dos Carvalhos, Bairro São Sebastião; b) n. 1.661/2018- reconstrução asfáltica nos Residenciais Canaã, Beatriz, Nossa Senhora da Penha e no Bairro Novo Horizonte; 4) Iêda Maria Fernandes: a) n. 1.662/2018- limpeza e capina por toda extensão da MG-223, até ligação com o Bairro São Sebastião, assim como nas Avenidas Coronel Belchior de Godoy e Orlando César Vieira; 5) Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wesley Marcos Lucas de Mendonça: a) n. 1.663/2018- notificação dos proprietários dos terrenos localizados no Bairro Goiás parte alta, e revitalização da Avenida Paraná (meios-fios, jardinagem); 6) Dhiosney de Andrade: a) n. 1.664/2018- que informe a data prevista para a entrega do Centro Municipal de Educação Infantil que está sendo construído no Bairro Gutierrez; cópia das notas fiscais referentes aos gastos com a construção até o momento; b) n. 1.665/2018- construção de bocas de lobo (bueiros) nas ruas do Bairro Gutierrez, antes de ser efetuado o recapeamento, informando a

data prevista para o início da obra; c) n. 1.666/2018- cópia das notas e empenhos referentes aos pagamentos das empreiteiras prestadoras dos serviços de varrição e de capina, a partir de junho do corrente ano até a presente data; d) n. 1.667/2018- informações e cópia dos documentos referentes a contratação de Jessica Carolina Giliandro Alves, que, segundo o proponente, teria publicado em rede social ser professora no Centro Municipal de Educação Infantil Tenente-Coronel Vilagrã Cabrita, porém, não consta este nome no Portal da Transparência; e) n. 1.669/2018- que informe qual o motivo da retirada de três aparelhos de ginástica da academia ao ar livre situada na Travessa Santa Edwiges, Bairro Gutierrez; 7) Dhiosney de Andrade, Leonardo Rodrigues da Silva Neto: a) n. 1.668/2018- cópia das nomeações dos professores, supervisores e recreadores, e dos respectivos processos, a partir de janeiro de dois mil e dezessete até a presente data; 8) Jander Souza Patrocínio, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha: a) n. 1.670/2018- recuperação da estrada rural vicinal a LMG-748, no quilômetro 14, onde situa-se a Fazenda Quilombo; b) n. 1.672/2018- instalação de um ar-condicionado no anexo Centro de Processamento de Dados (CPD); 9) Jander Souza Patrocínio, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Warley Ferreira de Moraes: a) n. 1.671/2018- execução do serviço de pintura estratigráfica e instalação de placas de sinalização na Avenida Walter Nader, com atenção especial para as vagas destinadas a pessoas com deficiência e idosos, em frente à academia Body Health e ao salão de festas Garden; 10) Jander Souza Patrocínio: a) n. 1.673/2018- instalação de redutor de velocidade próximo ao número 695 da Rua Bela Vista, Bairro Amorim; 11) Sebastião Joaquim Vieira: a) n. 1.674/2018- cumprimento da legislação vigente sobre o pagamento do vale-alimentação; b) n. 1.675/2018- que informe se existe comissão constituída para avaliação dos servidores em estágio probatório, se estaria ocorrendo a avaliação dos novos contratados, nome dos servidores que compõem a comissão, critérios e datas das avaliações; c) n. 1.676/2018- número de crianças de dois a cinco anos de idade e de crianças e adolescentes cadastrados no “Programa Bolsa Família”, que estão matriculadas na rede pública de ensino; d) n. 1.677/2018- que encaminhe relatório e informe a arrecadação do Município com as notas de produtores nos últimos dois anos; que informe o valor destinado pelo Município ao Programa Federal de Aquisição de Alimentos - PAA, no corrente exercício, e relação dos produtores que fornecem produtos para referido programa; 12) Warley Ferreira de Moraes: a) n. 1.678/2018- relatório referente aos gastos dos órgãos do Poder Executivo com energia elétrica, nos últimos três meses, para que sejam adotadas ações de conscientização para economia de energia elétrica; b) n. 1.679/2018- que sejam tomadas medidas de reestruturação e revitalização do Bosque John Kennedy; c) n. 1.680/2018- que seja retomada a realização de operação tapa-buracos na cidade; d) n. 1.681/2018- aumento de policiamento no Bairro Novo Horizonte; 13) Leonardo Rodrigues da Silva Neto: a) n. 1.686/2018- arborização dos canteiros centrais da Avenida Brasil, inclusive com o plantio de algumas árvores frutíferas (manga, abacate, etc.); 14) Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha: a) n. 1.688/2018- informações sobre as orientações para abordagem de moradores em situação de rua, número de albergues e abrigos existentes; b) n. 1.689/2018- que informe os salários dos funcionários da Missão Sal da Terra (Unidade de Pronto Atendimento - UPA) que trabalham como motorista, porteiro/maquieiro e no setor administrativo; registrou o proponente, reclamação dos funcionários de que o valor do salário estaria abaixo do mercado de trabalho; c) n. 1.690/2018- limpeza do terreno situado em frente ao número 385 da Alameda Goiás, Bairro Independência; d) n. 1.691/2018- limpeza na calçada lateral da unidade de saúde localizada na Rua Tulipa, Bairro Gutierrez, onde funciona o Programa Estratégia de Saúde - ESF Gutierrez; e) n. 1.692/2018- refazer e sinalizar os redutores de velocidade da cidade que, segundo o proponente, com o recapeamento perderam o tamanho e a altura padrão; 15) Paulo Sérgio Oliveira do Vale: a) n. 1.693/2018- que em parceria com a Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de Araguari - ACIA, Associação dos Cafeicultores de Araguari - ACA, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL (etc.), sejam oferecidos cursos de capacitação para exercer funções na empresa Duratec; b) n. 1.694/2018- que informe “qual o destino das toneladas de terra depositadas no campo de futebol do Bairro Vieno, oriundas das obras de drenagem pluvial e terraplanagem daquele bairro, já que, segundo amplo material probatório que comprova o desvio deste patrimônio público e a prática de ato de improbidade administrativa, informe o motivo, quem autorizou, qual o ato público que autorizou o desvio desse material (processo administrativo) para um loteamento particular no Município de Araguari, informe ainda se tal fato é do conhecimento do Secretário Municipal de Obras, Expedito Castro Alves Júnior, e do Senhor Prefeito Municipal, remeta ainda as respectivas autorizações e, caso as mesmas não existam, se foi lavrado o respectivo Registro de Eventos da Defesa Social - REDS, se foi solicitada a abertura de processo administrativo e a abertura de inquérito policial e, se as dezenas de caminhões flagradas despejando este material em tal loteamento, conforme fotografias e filmagens, foi tomada alguma providência e de quem foi a responsabilidade por tal cometimento de ato de improbidade administrativa e dos delitos penais praticados, que determine a instauração de comissão sindicante para apurar tais fatos, sob expressa previsão de aquiescer a tal prática, caso não determine as respectivas apurações e punições dos culpados” [sic]; também, solicitando o encaminhamento de cópia do citado requerimento ao comandante do Segundo Batalhão Ferroviário, para manifestar sobre o assunto, e ao promotor de Justiça Curador do Patrimônio Público, visando a abertura de inquérito civil público para averiguar às denúncias; c) n. 1.698/2018- que informe se houve algum decreto ou lei autorizando a doação ou venda das terras retiradas dos bolsões do Bairro Vieno que, após serem depositadas no campo de futebol, estariam sendo levadas para um loteamento particular; d) n. 1.699/2018- cópia das fichas de cadastro junto ao



Sistema Único de Saúde - SUS referentes aos exames e aos atendimentos (consultas, procedimentos, encaminhamentos, exames solicitados e tratamentos concluídos) realizados pelo ambulatório do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos-IMEPAC, nos últimos doze meses; e) n. 1.701/2018- que informe os laboratórios e clínicas que realizam exames de papanicolau e mamografia; f) n. 1.702/2018- que informe o número de exames de papanicolau e de mamografia realizados nos últimos doze meses, discriminando quantos resultados apresentaram alterações; que informe o atendimento dispensado às mulheres com referidos exames alterados; g) n. 1.703/2018- limpeza e roçagem do meio-fio no Viaduto Maria de Fátima Carneiro Pereira, no Bairro São Sebastião; 16) Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Warley Ferreira de Moraes: a) n. 1.704/2018- listagem atualizada e detalhada por setor (técnicos, enfermeiros, médicos, administrativos, limpeza etc.) contendo o nome completo, cargo e remuneração dos servidores da Unidade de Pronto Atendimento – UPA. O Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça solicitou ao gerente-geral da Caixa Econômica Federal em Araguari, Aldo Vianey de Couto (requerimento n. 1.658/2018), informações sobre a realização de reforma nos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, que foram invadidas (especificando o tempo previsto para executar o serviço), e sobre os processos abertos para investigar as irregularidades. A Vereadora Ana Lúcia Rodrigues Prado solicitou o envio de ofício de pêsames (requerimento n. 1.659/2018) à família da senhora Marilda Batista Moreira. Os Vereadores Giuliano Sousa Rodrigues, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram os requerimentos: a) n. 1.682/2018, cumprimentando o senhor Romeu Zema pela vitória na eleição para o cargo de governador do Estado de Minas Gerais; b) n. 1.683/2018, cumprimentando o senhor Jair Messias Bolsonaro pela vitória na eleição para o cargo de presidente da República Federativa do Brasil. Os Vereadores Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha e Werlei Ferreira de Macedo solicitaram ao deputado federal Tenente Lúcio (requerimento n. 1.684/2018), a destinação de verba ao Município, por meio do Ministério do Turismo, no valor de duzentos mil reais, para a realização de eventos em comemoração ao final do ano. A Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, composta pelos Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado (presidente), Douglas Vieira Rodrigues Tosta (vice-presidente) e Werlei Ferreira de Macedo (membro), por meio do requerimento n. 1.685/2018, agradeceu pela participação na audiência pública realizada no dia dezoito do corrente: Thereza Christina Griep- secretária municipal de Administração; Iara Cristina Borges-secretária municipal de Saúde; doutora Marislene Pulsena da Cunha Nunes-coordenadora da Atenção Primária; Eduardo Tadeu de Paula- presidente do Conselho Municipal de Saúde; José Júlio Lafayette- diretor do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC; Andressa Piazza- diretora da Farmácia Municipal; Norival Azevedo D'Ávila- coordenador da Vigilância Sanitária; Danilo Coelho Carvalho- diretor da Santa Casa de Misericórdia; Ricardo Borges, doutor Luiz Antônio de Oliveira (diretor clínico), Ana Carla Ambrósio (diretora administrativa) e Sabrina de Brito (coordenadora da enfermagem), representantes da Unidade de Pronto Atendimento. Os Vereadores Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha e Paulo Sérgio Oliveira do Vale solicitaram o envio de ofício de pêsames (requerimento n. 1.687/2018) à família do senhor Revair Rosa. O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale apresentou os requerimentos: a) n.s 1.695, 1.696 e 1.697/2018, solicitando o encaminhando ao promotor de Justiça Curador do Patrimônio Público, ao procurador-geral do Município e ao Segundo Batalhão Ferroviário, de cópia do requerimento que trata sobre a transferência para loteamento particular de terra retirada do Bairro Vieno; b) n. 1.700/2018, solicitando a Superintendência Regional de Saúde, informações sobre a assistência dada às mulheres que apresentaram exames de papanicolau e de mamografia alterados. Os Vereadores Giuliano Sousa Rodrigues e Wesley Marcos Lucas de Mendonça solicitaram o envio de ofício de pêsames (requerimento n. 1.705/2018) à família da senhora Gislene Diniz. A Vereadora Ana Lúcia Rodrigues Prado apresentou moção de aplauso (n. 083/2018) a Igreja Assembleia de Deus Shalon de Araguari, pela comemoração de seu segundo aniversário. Os Vereadores Jander Souza Patrocínio e Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha apresentaram moção de aplauso (n. 084/2018) ao senhor Clever de Oliveira Lima, secretário municipal de Desenvolvimento e Turismo, pela postura com relação aos animais encontrados no Aeroporto Municipal, bem como pela cordialidade no atendimento à população. Os Vereadores Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, Paulo Sérgio Oliveira do Vale e Werlei Ferreira de Macedo, apresentaram moção de aplauso (n. 085/2018) a Vereadora Iêda Maria Fernandes, pelos relevantes serviços prestados como vereadora. Os Vereadores Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha e Werlei Ferreira de Macedo apresentaram moções de aplauso: a) n. 086/2018, a jornalista Vanessa Klock, pelos relevantes serviços prestados ao Município; b) n. 087/2018, ao doutor Valdir Dias, pelos relevantes serviços prestados ao Município; c) n. 088/2018, ao doutor Carlos Henrique Perpétuo Braga, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelo apoio e colaboração para a construção da nova sede do Fórum de Araguari; d) n. 089/2018, aos seguintes auxiliares de serviços gerais e cantineiras lotados na Secretária Municipal de Educação, pelo “Dia do Servidor Público”: Adriana da Costa Oliveira, Águida Aparecida de Miranda, Ailson Vital da Luz, Alacir Tozzo Oliveira Faria, Aldo José Nunes, Alessandra Marina Ramos, Alexandra Marcelo Mendes, Aline Alves de Oliveira, Aline de Sousa, Alisson Francisco dos Santos, Ana Carolina Alves dos Santos, Ana Cecília Rosa L. Correia, Ana Cláudia de Oliveira Rodrigues, Ana Claudia Rodrigues Pinto, Ana Flávia Farias, Ana Maria Alves Resende, Ana Maria Pereira Pelegrini, Ana Paula Barbosa, Ana Paula Gomes Lima, Ana Paula Martins de Oliveira, Anair Silva de Paiva Dias, Anderson Divino da Silva, Andreia Cristina Vieira, Andreia Fernandes de Moraes,

Andreia Maria de Lima, Andressa Dias Vilela, Anézia Maria dos Santos, Ângela Maria Sabino, Ângela Renata da Silva, Angélica Cristina dos Santos, Angélica dos Santos Pires, Angelita Cristina Vieira, Angelita da Silva Rondi, Anna Carolina Ferreira Mota Rodrigues, Aparecida Fátima M. de Castro, Argentina Fernandes Oliveira, Arilma Soares da Silva, Arlete Aparecida de Miranda, Bárbara C. Moraes Pereira, Bárbara Cristina M. Pereira, Bárbara Santos Mendes, Benício Pedro Borges Júnior, Bernadete Pereira Salvador, Camila de Melo Cruz Araújo, Carmen da Silva Oliveira Araújo, Carolina Menezes Gonçalves, Cecília Pereira Passos, Célio Wilmar Ferreira, Celma Firmino da Silva, Cinthia Luiza Marques Rodrigues, Cintia A. Generoso de Aquino, Clearete Fernanda da Silva, Clarinda Celia Roel da Silva, Cláudia Rocha Fernandes dos Santos, Cleide de Mendonça, Cleonice da Fonseca Lima, Cleunice dos Santos, Cleurice dos Santos Silva, Darlene Raquel Silva Camargo, Dayana A. Mota, Dervana da Silva, Dione Margarete Godoi Alves, Diulcia Aparecida Venceslau, Dorli Camilo de Oliveira, Ednamar Martins de Freitas, Elaine de Fátima Campos Pereira, Elaine Maria da S. Cândido, Elcimar Martins Coelho, Elenilda de Fátima Sousa Vieira, Eliane de Fátima Silva Balbino, Emilene de Jesus Ferreira, Emília de Fátima G. Freitas, Emília Miriam Vital da Luz, Erica de Fátima Oliveira, Érika Rodrigues, Esmeralda Oliveira F. Cardoso, Ester Lorrayne Caetano de Oliveira, Eva Maria de Andrade Carneiro, Fabiana Marciano Curcino de Oliveira, Fabiano Peixoto Tristão, Flávia Cristina da S. Alves, Flávia Fernanda Rodrigues, Floraci Maria dos Santos Reis, Geni Rosa de Oliveira Vieira, Geralda Maria Rabelo, Gercina das Graças Moreira, Geziane Borges Silva Rosa, Gilberto Marcelino da Costa, Gislaiane Lillian Costa Aquino, Gláucia da S. Pereira Veloso, Graciana Fernandes Tristão, Helena Cristina Silva Cardoso, Helena Marcia Rosa Caixeta, Hilda Maria Garcia Martins, Hilda Rodrigues de Lima, Ildomar Gonçalves Rodrigues, Iolanda Cândida França, Irani Gomes da Silva Tormin, Irani Rodrigues Pereira, Isabel Moreira da Silva, Iva Lúcia Vieira, Ivani da Luz Silva, Ivone Batista de Oliveira Campos, Jaqueline Zuke da Silva, Jeane de Fátima Marques Póvoa, Jéssica Cristina Cordeiro, João Paulo L. Gomes, José Anchieta Paulino, Josefa Martins Santos Silva, Júlia Borges Segatto, Juliana Aparecida da Silva, Karla Beatriz da M. Alvares, Karla Vieira Braga, Keler dos Santos Silva, Kênia Cristina Moreira, Laura Jane Bernabe, Lázara Jacinto Moraes Ribeiro, Leilane Lopes Virgínio, Letícia Aparecida Alves Pacheco Rodrigues, Letícia Lúcia de Oliveira, Lindalva Mendes, Lorena Alves Peixoto, Lorena de Oliveira Paula, Lorena Silva Gonçalves, Lucas Sudário da Silva, Lúcia de Carvalho, Lúcia de Fátima Aguiar, Lúcia Helena da Silva Mendes, Lucia Vania Borges da Silva, Lúcia Vânia Martins, Lucila Neves P. Rosa Marques, Lucilene Fernandes Lopes Cardoso, Lucimar Fernandes Farias Mendonça, Lucimar Soares Vieira, Luiz Felipe Bernardes, Madalena Cardoso Santiago, Marcelo Marques Ribeiro, Márcia Cristina de Sousa Costa, Márcia Matias Figueiredo, Marcos Paulo da Cunha Assis, Maria Abadia Borges Neta, Maria Abadia Cortes, Maria Aparecida Correa, Maria Aparecida da Silva, Maria Aparecida Paula Silva, Maria Aparecida Vieira Araújo, Maria Cândida Marques, Maria Cristina dos Santos, Maria Cristina G. de Jesus, Maria de Fátima da Cruz, Maria de Fátima Santana, Maria de Lourdes G. Resende, Maria de Lourdes Oliveira, Maria Fátima V. Silva e Souza, Maria Inês Gonzaga dos Santos, Maria Jenuveva da S. Santos, Maria José Roel da Silva Dutra, Maria Terezinha Gomes Mota, Mariana Cristina da Silva, Marisa Alves Martins, Marivania B. Cadene Silva, Marizete da Silva, Marlene Aparecida Mendes Nunes, Marlene Generoso da Costa, Marlene Luiza de Sousa Costa, Marta de Freitas, Marta Regina Ramos, Marta Santos Pereira, Matheus Alves de Melo, Michela Oliveira Cardoso, Michelle Roberta de Souza Ferreira, Mirian Dalila Cardoso Fernandes, Mirian Dias Alves, Mônica Aparecida Gomes Silva, Nair Correa da Silva, Nelci de Fátima Naves, Nelma Alves Barcellos, Nilva Aparecida Costa Curcino Santos, Nilza Flávia dos Santos, Nilza Vaz Pereira, Núbia Inês da Costa, Olete Braz dos Santos Borges, Olga Maria Nascimento Pereira, Olívia Divina dos Santos Silva, Oneida Aparecida Alvim Ferreira, Patrícia Alves, Patrícia Cristina Camilo, Patrícia Sudária da Silva, Paulo Henrique de Freitas, Priscila Neves de Oliveira, Rafael A. Cavalcante dos Santos, Raquel Sara de Oliveira, Regina Fernandes Marinho Vitorino, Regina Martins dos Anjos Rezende, Ricellis F. Martins Oliveira, Rita de Cássia Brandão, Roberta Cássia Resende Peixoto, Ronilce de Jesus Alcântara, Rosa Maria Peixoto B. Cardoso, Rosa Miyakikuchou, Rosemeire Rodrigues Correa Tristão, Rosilei Borges de Oliveira, Rute Siqueira Soares, Sandra Mara de Sousa, Sandra Regina dos Santos, Santa de Oliveira, Sedna Aparecida Paz Barbosa, Silma Isabel Montes Silva, Silvana C. Pereira da Silva, Silvana da Silva e Silva, Silvana dos Santos, Silvane Vieira de Paulo, Simone B. dos Santos Gonçalves, Sirlei Georgina Silva, Sirlene Aparecida Silva Duarte, Sonia Helena Vieira Ferreira, Sonina Costa Ferreira, Stephanie Vieira Pinho, Sueli Batista de Oliveira, Talita Almeida Menezes, Talita Plinia da C. O. Sousa, Tânia Aparecida dos Santos, Tatiane Cristina da S. Santana, Tatiane Rocha dos Santos, Tatiane Vieira dos Santos, Teresa Cristina Freit Honorato, Teresinha Costa Oliveira, Thayna Aparecida Pereira Silva, Thayna Mendes dos Anjos, Thays Marques Salgado, Valdelaine Francislei S. Alves, Valéria Aparecida Ferrari Fidelis, Valquíria de Freitas Duarte, Vandir Isabel da Costa Nunes, Vânia Aparecida Silva de Paula, Vânia Vieira Rocha, Vera Lúcia Gonçalves, Vilma Dias da Costa Almeida, Vilma Maria Silva de Oliveira, Wilma Aparecida da Silva, Wilma Vaz de Araújo Naves [sic]. O Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto apresentou moções de aplauso (n. 090/2018 e n. 091/2018) aos atletas Rafael Eduardo da Silva Vieira e Guilherme Henrique Coutinho Braz, por terem se destacado como jogadores de futebol, levando o nome de Araguari por diversas regiões do Brasil, devendo fazer testes em alguns clubes europeus, no início do próximo ano. O Vereador Dhiosney de Andrade apresentou o projeto de lei n. 188/2018, que “Estabelece a possibilidade do agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas com deficiência já cadastradas nas Unidades de Saúde do Município de Araguari, e dá outras providências.” Os Vereadores Iêda Maria Fernandes, Leonardo Rodrigues da Silva Neto e Paulo Sérgio Oliveira do Vale,



apresentaram o projeto de lei n. 189/2018, que “Modifica a denominação da Rua “I”, localizada no residencial Vila Olímpica, Bairro Vieno, para Rua Clariolando Batista Meira”- com apoio dos Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Danilo Franco Gonçalves, Sebastião Joaquim Vieira, Wanderlei Inácio e Wesley Marcos Lucas de Mendonça. O Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale apresentou o projeto de lei n. 190/2018, que “Dispõe sobre a implantação de dispositivo chamado de “boca de lobo inteligente” nos logradouros do Município de Araguari, e dá outras providências.” Os Vereadores Giulliano Sousa Rodrigues, Leonardo Rodrigues da Silva Neto e Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha, com apoio dos Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado, Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Iêda Maria Fernandes, Luiz Antônio de Oliveira, Wellington Resende da Silva e Wesley Marcos Lucas de Mendonça, apresentaram os projetos de decreto legislativo: a) n. 029/2018, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Araguari ao Excelentíssimo Senhor Doorgal Gustavo Sad Lafayettes de Andrada – Doorgal Andrada”; b) n. 030/2018, que “Concede o Diploma de Honra ao Mérito ao Excelentíssimo Senhor Lafayette Luiz Doorgal de Andrada – Lafayette Andrada.” VI- ORADORES INSCRITOS- Encontravam-se inscritos os Vereadores Douglas Vieira Rodrigues Tosta, Carlos Antônio de Brito Machado, Iêda Maria Fernandes, Sebastião Joaquim Vieira, Giulliano Sousa Rodrigues, Warley Ferreira de Moraes, Paulo Sérgio Oliveira do Vale, Wesley Marcos Lucas de Mendonça, Werlei Ferreira de Macedo, Dhiosney de Andrade, Leonardo Rodrigues da Silva Neto, Ana Lúcia Rodrigues Prado. Fizeram uso da tribuna os Vereadores Iêda Maria Fernandes e Dhiosney de Andrade, os demais dispensaram. A Vereadora Iêda Maria Fernandes despediu-se do seu mandato como vereadora e dos seus pares. Agradeceu a oportunidade de ocupar um cargo eletivo e se regozijou pelos seis meses em que esteve vereadora. Os Vereadores Wesley Marcos Lucas de Mendonça e Giulliano de Sousa Rodrigues pediram aparte e parabenizaram a Vereadora Iêda Maria Fernandes. O Vereador Dhiosney de Andrade leu um ofício recebido pelos médicos veterinários que prestam serviços nos frigoríficos de Araguari. Discorreu sobre os perigos e os baixos salários que os médicos veterinários estão enfrentando, o que foi agravado com a diminuição da carga horária pela prefeitura. Os Vereadores Warley Ferreira de Moraes e Paulo Sérgio Oliveira do Vale pediram aparte e parabenizaram a iniciativa do Vereador Dhiosney de Andrade. O senhor Leonan Reis dos Santos Resende, convocado para fazer uso da tribuna, encaminhou ofício em resposta ao requerimento n. 1.229/2018, de autoria do Vereador Dhiosney de Andrade. VII- SEGUNDA CHAMADA- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Dhiosney de Andrade/PTC, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha/PSDB, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Sebastião Joaquim Vieira/PSL, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werlei Ferreira de Macedo/PSB, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS. VIII- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS PROJETOS EM Pauta- Encontravam-se na pauta desta sessão ordinária os projetos a seguir relacionados; antecedendo cada votação, foi anunciada a discussão da matéria. Em votação o projeto de lei n. 163/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finança, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 163/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 121, de 30 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre a alteração na Lei n. 4.523, de 6 de julho de 2009, que trata do auxílio-alimentação para os servidores municipais, dando outras providências.” Neste momento, o Vereador Giulliano Sousa Rodrigues, tendo participado do expediente da sessão, mas não respondido a segunda chamada, adentrou o plenário para participar da votação das matérias em pauta. Quando da discussão do projeto de lei n. 168/2018, a palavra foi concedida ao Vereador Dhiosney de Andrade: “Eu já justifico agora presidente?” Presidente Luiz Antônio de Oliveira: “Aprovado por quatorze votos e uma abstenção. Quinze votos e uma abstenção”. Vereador Dhiosney de Andrade: “Presidente, eu posso manifestar a abstenção.” Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale: “Eu vou acompanhar o Vereador Dhiosney” (*ipsis verbis*). Em votação o projeto de lei n. 168/2018, de autoria do Executivo, registradas duas abstenções, foram aprovados por quatorze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos; b) projeto de lei n. 168/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 122, de 30 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre o percentual de cargos de provimento em comissão, que deverão ser exercidos por servidores de carreira, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, dando outras providências.” Na sequência, a palavra foi concedida ao Vereador Dhiosney de Andrade: “Presidente, obrigado pela palavra. Eu vou me abster porque assim, eu vejo que não é um projeto assim, tão complexo, mas a gente veio aqui, que é uma questão assim que vai ser mais política presidente, porque eu queria colocar uma emenda aqui, mas infelizmente não pôde ser colocada, onde que cinco por cento dos servidores. [...] Essa questão aí do servidor, de certa forma ser um líder, coordenação de uma repartição e etc... Entendo eu que deveria ser ocupada por quem tenha um nível superior, que prestou concurso, assim como o senhor colocou, mesmo que seja um pedreiro, mas ele fez lá um curso superior, tinha que ser comprovado que ele tenha capacidade superior ao outro companheiro dele que ele vai coordenar. Agora, esse projeto da maneira que está, vai ser qualquer um a laço, uma indicação política aí, um camarada que tem terceira série e vai querer dar aula lá, vai querer ensinar os outros trabalhar, que tenha nível superior. Então, é só questão de justiça e até mesmo de respeito ao servidor, de valorização ao servidor e

principalmente aquele que vem se dedicando e estudando na sua formação acadêmica. Só isso mesmo presidente.” [...] Vereador Werlei Ferreira de Macedo: “Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma observação, no sentido seguinte. É, primeiro que a Constituição Federal, ela determina que os cargos de direção, chefia e assessoramento, eles são prerrogativas exclusivas dos gestores, ou seja, do Executivo Municipal, do Executivo Estadual, do Executivo Federal portanto, compete no caso específico que a gente está tratando, do município. O prefeito tem a liberalidade de nomear é, ao seu juízo, ao seu entendimento, é, pessoas que ele entenda para ser gestores desses cargos. No que, esse projeto, ele vem dizer o seguinte: que o governo municipal terá que nomear cinco por cento desses cargos, chamados de confiança ou de livre nomeação, pessoas que fazem parte do quadro efetivo. Porém, não se tira aqui a prerrogativa do prefeito de escolha. Então assim, é nesse sentido que a gente gostaria de falar, é um prestígio, uma premiação para o servidor de carreira que já está investido do serviço público como servidor efetivo, os cargos técnicos jamais a lei permitirá que esses cargos sejam ocupados por esses cargos que eu acabei de mencionar, previstos na Constituição, de direção, chefia e assessoramento. Nesse sentido, eu penso que o prefeito está aqui prestigiando o servidor público municipal, e é um avanço sim, começa com cinco por cento, quem sabe na próxima gestão consiga aumentar e assim por diante. Então, fica aqui meu registro de mais uma vez o prefeito Marcão fazendo algo importante para o servidor público municipal de carreira. Muito obrigado, senhor presidente.” [...] Vereador Sebastião Joaquim Vieira: “Obrigado presidente, primeiro, eu queria cumprimentar o Vereador Dhiosney, viu Vereador Dhiosney, o senhor esteve atento a uma situação que eu não só queria cinco por cento, mas noventa por cento, dos efetivos como dos comissionados. Mas isso não é possível, infelizmente a Constituição reza a cinco por cento, é uma matéria já pacificada, assim como o Vereador Werlei Macedo, ele explicou ali. Então, eu vou seguindo, não é o jurídico da Casa, eu entendo que mesmo sendo às vezes uma emenda, é muito boa, mas incondicional. Então, eu não tenho porque levantar contra, Vereador Dhiosney, Vereador Paulo né. Eu entendo que dessa vez nós fomos vencidos né, infelizmente ou felizmente a Constituição já pacificou nesta matéria. Então, por isso meu posicionamento nesse momento favorável, até mesmo porque eu entendo também que vai beneficiar né, nem que seja só cinco por cento, mas acaba beneficiando alguma parte né do servidor efetivo, por isso meu posicionamento é favorável nesse momento. Obrigado presidente.” Vereador Dhiosney de Andrade: “Presidente assim, só para complementar o Vereador Tiãozinho. A minha intenção era mudar essa questão se política, só política ou a questão mais técnica até respeitosa para o servidor, agente política mais técnica né. Isso mesmo Paulo do Vale, até mesmo a gente viu em avalanche de voto que governador de Minas teve com as suas propostas de campanha e o que o povo quer nada de indicação, só política, é uma política técnica, pessoas capacitadas a exercer aquela função, é isso que eu defendi. Então assim, não que o projeto seja ruim, ele poderia ser melhor, ele poderia ser um projeto mais elaborado, mas respeito a posição dos vereadores da base que vão voltar o projeto logicamente no meu... Eu, se fosse líder por exemplo, eu pediria a retirada do projeto e anexada, melhorava o projeto, mas respeito a votação de vocês. Vou me abster, voto vencido de certa forma.” Vereador Warley Ferreira de Moraes: “Senhor presidente.” Presidente Luiz Antônio de Oliveira: “Palavra com Vereador Maravilha.” Vereador Warley Ferreira de Moraes: “Eu gostaria de solicitar ao jurídico a possibilidade porque eu gostaria de pedir vista deste projeto.” Presidente Luiz Antônio de Oliveira: “Isso não cabe vista, ele já foi votado, ele já foi votado Maravilha.” Vereador Warley Ferreira de Moraes: “Então está bom. Então, vou me abster senhor presidente.” Presidente Luiz Antônio de Oliveira: “Não tem como mais. Já votou.” Vereador Giulliano de Souza Rodrigues: “Já foi votado o projeto.” Vereador Warley Ferreira de Moraes: “Então, eu quero registrar o meu protesto senhor presidente. Porque é uma bandeira que eu .... Errar todo mundo erra. Então, eu quero protestar, antecedendo esse projeto, apresentei a minha indignação e sempre nós colocamos aqui como exemplo o Leonan que aqui esteve, é uma pessoa capacitada, profissional que vem trabalhando na nove anos no Município e nós precisamos dar continuidade a esta leitura e esse é o meu posicionamento. E me desculpa aí os pares, pelo erro cometido, mas eu gostaria de abster, se tivesse possibilidade.” Vereador Dhiosney de Andrade: “Um aparte Vereador Maravilha.” Presidente Luiz Antônio de Oliveira: “Você já falou duas vezes vereador, por favor. Vamos seguir o Regimento. Só duas participações” (*ipsis verbis*). Prosseguindo, foi colocado em discussão o projeto de lei n. 100/2018, em virtude da reprovação do parecer da Comissão Permanente de Legislação e Justiça declarando inconstitucional a matéria. Em votação o projeto de lei n. 100/2018, de autoria dos Vereadores Carlos Antônio de Brito Machado e Paulo Sérgio Oliveira do Vale, foram aprovados por dezesseis votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Saúde e Assistência Social; b) projeto de lei n. 100/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 123, de 30 de outubro de 2018, que “Acrescenta os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10, ao art. 6º da Lei n. 4.377, de 12 de dezembro de 2007, que define, normatiza e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito do Município de Araguari, alterada pela Lei n. 5.118, de 8 de fevereiro de 2013, e pela Lei n. 5.198, de 12 de junho de 2013.” Em votação o projeto de lei n. 173/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por dezesseis votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finança, Orçamento e Tomada de Contas, ao projeto e mensagem corretiva; b) mensagem corretiva enviada pelo prefeito, por meio do ofício n. 1.439/2018; c) projeto de lei n. 173/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 124, de 30 de outubro de 2018,



que “Dispõe sobre a criação de cargos públicos, promove a alteração da estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda, bem como faz as adequações nas atuais carreiras da Administração Tributária, dando outras providências.” Anunciada a discussão do projeto de lei n. 179/2018, a palavra foi concedida ao Vereador Dhiosney de Andrade: “Presidente, eu também vou me abster desse projeto.” Vereador Paulo Sérgio Oliveira do Vale: “Eu só gostaria, pedindo a palavra ao líder do governo, só que explicasse para nós, aqui líder, essa situação desse projeto, a questão da redução da carga horária, né? E o quê que isso vai impactar para o funcionário, o porquê disso.” Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça: “Na verdade o que está organizando aqui é o seguinte, como a prefeitura reduziu a carga horária para seis horas, os cargos de confiança trabalharão seis horas, mas diante da necessidade da prefeitura, eles poderão ser convocados a trabalhar oito horas sem alterar salário” (*ipsis verbis*). Em votação o projeto de lei n. 179/2018, de autoria do Executivo, e registrada uma abstenção, foram aprovados por quinze votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; b) projeto de lei n. 179/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei n. 125, de 30 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos de provimento em comissão, dando outras providências.” Em votação o projeto de lei complementar n. 011/2018, de autoria do Executivo, foram aprovados por dezesseis votos: a) pareceres das Comissões Permanentes de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, de Meio Ambiente; b) projeto de lei complementar n. 011/2018 e o parecer da Comissão Permanente de Redação que, após efetuar as necessárias correções quanto aos aspectos gramatical e lógico, registrou a íntegra do texto final no parecer e transformou este na Proposição de Lei Complementar n. 012, de 30 de outubro de 2018, que “Dispõe sobre a limpeza e manutenção dos terrenos baldios e também dos imóveis abandonados, bem como manutenção das calçadas nos imóveis situados no Município de Araguari/MG, propõe sanções ao proprietário, titular do domínio útil, promitente comprador ou possuidor a qualquer título quanto ao seu descumprimento e dá outras providências” (revoga os artigos que compõem o capítulo XVII da Lei Municipal n. 1.640, de 27 de fevereiro de 1974, que instituiu o Código de Obras do Município de Araguari, bem como a Lei Municipal n. 3.592, de 1º de junho 2001). IX- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR- Foi aprovada sem restrições, por dezesseis votos, a ata da sessão ordinária da Câmara, realizada no dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito. X- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS REQUERIMENTOS- Foram aprovados, por dezesseis votos, os requerimentos n.s 1.656, 1.657, 1.658, 1.659, 1.660, 1.662, 1.663 (exceto o pedido referente aos terrenos, já formulado por meio do requerimento n. 1.210/2018), 1.664, 1.665, 1.666, 1.667, 1.668, 1.669, 1.670, 1.671, 1.672, 1.673, 1.674, 1.675, 1.676, 1.677, 1.678, 1.681, 1.682, 1.683, 1.684, 1.685, 1.686, 1.687, 1.688, 1.689, 1.690, 1.691, 1.692 (exceto o pedido referente à pintura, pois deverão ser especificados os locais), 1.693, 1.694, 1.698, 1.699, 1.700, 1.701, 1.702, 1.703, 1.704, 1.705/2018. Também foram aprovadas por dezesseis votos as moções de aplauso n.s 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090 e 091/2018. Não foram apreciados os requerimentos n.s 1.654, 1.655, 1.661, 1.679, 1.680, 1.695/1.696/1.697/2018, pois os pedidos constantes destes já foram formulados por meio dos requerimentos n.s 1.630, 034, especificar locais, 050, especificar locais, 1.694/2018, respectivamente. O plenário ainda aprovou, por dezesseis votos, o pedido formulado pelo prefeito por

meio do ofício n. 1.503/2018, de prorrogação do prazo para encaminhamento de resposta ao requerimento n. 1.246/2018, prorrogação esta a partir do encerramento do prazo inicial. XI- ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO- Ficaram para a ordem do dia da próxima sessão ordinária os vetos às Proposições de Lei n. 091/2018 e n. 094/2018 (com os prazos para apreciação vencidos), bem como o projeto de lei n. 184/2018. O presidente comunicou ao plenário que a contagem do prazo de dez dias para a apresentação de emendas ao projeto de lei n. 171/2018, que “Estima a receita e fixa a despesa do orçamento fiscal do Município de Araguari para o exercício financeiro de 2019”, prevista para iniciar no dia vinte e nove de outubro do corrente, será a partir do dia doze de novembro do corrente - segunda-feira, em virtude da necessidade de estudos para a aplicação da Emenda à Lei Orgânica do Município n. 045, de 25 de setembro de 2018, que “Acréscena o art. 149-A a Lei Orgânica do Município de Araguari, Estado de Minas Gerais, dispondo sobre a obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em lei orçamentária anual.” XII- CHAMADA FINAL- Responderam os Vereadores Ana Lúcia Rodrigues Prado/PTB, Carlos Antônio de Brito Machado/PSL, Dhiosney de Andrade/PTC, Douglas Vieira Rodrigues Tosta/PP, Giulliano Sousa Rodrigues/PTC, Iêda Maria Fernandes/ MDB, Jander Souza Patrocínio/PSB, Leonardo Rodrigues da Silva Neto/PP, Lúcio Flávio Rodrigues da Cunha/PSDB, Luiz Antônio de Oliveira/PSDB, Paulo Sérgio Oliveira do Vale/PV, Sebastião Joaquim Vieira/PSL, Wanderlei Inácio/PRTB, Warley Ferreira de Moraes/PMB, Wellington Resende da Silva/PMN, Werlei Ferreira de Macedo/PSB, Wesley Marcos Lucas de Mendonça/PPS. O horário de duração da presente sessão foi prorrogado no decorrer desta, por duas horas, após aprovação do plenário. O presidente Luiz Antônio de Oliveira agradeceu a presença de todos, convocou os Vereadores para a próxima sessão ordinária da Câmara, a realizar-se às treze horas do dia seis de novembro do corrente; e, às dezoito horas, declarou encerrada a sessão. Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, em trinta de outubro de dois mil e dezoito. Ata aprovada por quinze votos. Sala das sessões, em seis de novembro de dois mil e dezoito. Vereador Luiz Antônio de Oliveira-presidente; Vereador Wesley Marcos Lucas de Mendonça- primeiro secretário.

#### ACOMPANHE O TRABALHO DO SEU VEREADOR!



Assista, ao vivo,  
às sessões da Câmara,  
transmitidas  
às terças-feiras,  
a partir das 8 horas.

Para acompanhar, acesse o link “TV Câmara”  
disponibilizado no endereço eletrônico  
[www.araguari.mg.leg.br](http://www.araguari.mg.leg.br)



## CONHEÇA O LEGISLATIVO MUNICIPAL E ACOMPANHE O TRABALHO DE SEUS REPRESENTANTES.

Acesse o site  
[www.araguari.mg.leg.br](http://www.araguari.mg.leg.br)

Fique por dentro de tudo que acontece na Câmara Municipal.

e-DOLM

# Diário Oficial Eletrônico do Legislativo Municipal

ARAGUARI - MINAS GERAIS

#### EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Luiz Antônio de Oliveira (Luiz Construtor)

EDITORA: Sávvia de Lima Martins

CONSULTOR JURÍDICO: Dr. Hamilton Flávio de Lima

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Rua Coronel José Ferreira Alves, 758, Centro.

Araguari, Minas Gerais. (34) 3249 1100

[www.araguari.mg.leg.br](http://www.araguari.mg.leg.br) - [diario@araguari.mg.leg.br](mailto:diario@araguari.mg.leg.br)